



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

Secretaria da Fazenda

**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIO**

RESOLUÇÃO Nº 281 /2014

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO

23ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA de 28.3.2014

PROCESSO Nº 2/0032/2008

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1/200809077

RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA

RECORRIDO: COMPANHIA SÃO GERAL DE VIAÇÃO.

AUTUANTES: REGINA LÚCIA PIRES CARVALHO

RELATOR: VALTER BARBALHO LIMA

EMENTA: ICMS. LANÇAMENTO DECORRENTE DE AUTO DE INFRAÇÃO. CRÉDITO TRIBUTÁRIO QUITADO. RESTITUIÇÃO. POSSIBILIDADE. Autuação decorrente de extravio de bilhetes de passagem. Apresentação de parte dos documentos. Perícia. Comprovada a autenticidade dos bilhetes apenso ao autos. Recurso oficial conhecido e não provido. Confirmada a restituição deferida nos termos do julgamento de 1ª instância. Restituição da parcela relativa aos documentos de existência comprovada julgada procedente, de acordo com o parecer da Consultoria Tributária, adotado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. Decisão por unanimidade de votos.

RELATÓRIO

Versam os autos, acerca de pedido de restituição em face da quitação integral do Auto de Infração nº 200809077-0, cujo ilícito fiscal nele apontado indica



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Fazenda
**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIO**

RESOLUÇÃO Nº _____/2014

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO

23ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA de 28.3.2014

PROCESSO Nº 1/0032/2008

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1/200809077

RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA

RECORRIDO: COMPANHIA SÃO GERAL DE VIAÇÃO.

AUTUANTES: REGINA LÚCIA PIRES CARVALHO

RELATOR: VALTER BARBALHO LIMA

EMENTA: ICMS. LANÇAMENTO DECORRENTE DE AUTO DE INFRAÇÃO. CRÉDITO TRIBUTÁRIO QUITADO. RESTITUIÇÃO. POSSIBILIDADE. Autuação decorrente de extravio de bilhetes de passagem. Apresentação de parte dos documentos. Perícia. Comprovada a autenticidade dos bilhetes apenso ao autos. Recurso oficial conhecido e não provido. Confirmada a restituição deferida nos termos do julgamento de 1ª instância. Restituição da parcela relativa aos documentos de existência julgada procedente, de acordo com o parecer da Consultoria Tributária, adotado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. Decisão por unanimidade de votos.

RELATÓRIO

Versam os autos, acerca de pedido de restituição em face da quitação integral do Auto de Infração nº 200809077-0, cujo ilícito fiscal nele apontado indica



1

o extravio de 296 bilhetes de passagens, lançamento que ensejou a elaboração, pelo agente autuante, do seguinte demonstrativo: $(296 \times 20 \times 2,2204) = 13.144,74$.

Informa a pleiteante, que o pagamento foi realizado com desconto de 50% do valor lançado, que perfaz a quantia de R\$ 6.572,38. Para comprovar a alegação, anexou cópia do DAE nº 2008.25.0019910-12, seguido de cópia de recebido expedido pelo Banco do Brasil, no valor sobredito, assim como cópia dos bilhetes, a que se referiu anteriormente.

O pedido de restituição está alicerçado na juntada de 185 bilhetes de passagens, dentre aqueles indicados na autuação como extraviados, para os fins de demonstrar o direito à restituição pleiteada, ocasião em que fez o seguinte demonstrativo.

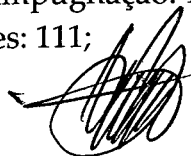
- Total de bilhetes Faltantes apurados pela fiscalização: 296
- Multa de 20 UFIRCE por documento (art. 213 IV K, § 4º – Lei nº 12.670/96);
- Valor da UCFIRCE: R\$ 2,2204;
- Bilhetes aqui juntados: 185
- Bilhetes ainda faltantes: 111;
- Desconto previsto no art. 127 I b da Lei nº 12.670/95: 50%
- Valor devido: $111 \times 20 \text{ UFIRCE} \times \text{R\$ } 2,2204 = \text{R\$ } 4.929,29 \times 50\% = \text{R\$ } 2.464,64$
- Valor a restituir à impugnante: $\text{R\$ } 6.572,38 - \text{R\$ } 2.464,64 = \text{R\$ } 4.107,74$

Diante de tais circunstâncias, aportados os autos à Célula de Julgamento de 1ª Instância, resou decidiu pela realização de perícia, com vistas a certificar a autenticidade dos bilhetes apresentados.

Em resposta ao quesito supra, o laudo pericial se manifestou da seguinte forma: Solicitamos os 185 bilhetes... A solicitação foi prontamente atendida e recebemos os bilhetes, nos quais constatamos a autenticidade das cópias presentes no processo e novamente fez juntada de cópias dos instrumentos respectivos.

Com base nesse fato e fundamentado nas disposições do artigo 89 do Decreto nº 24.569/97, no julgamento singular foi no sentido de deferir o pleito, oportunidade que fez o seguinte demonstrativo:

- Total de bilhetes Faltantes apurados pela fiscalização: 296
- Bilhetes juntados na impugnação: 185
- Bilhetes ainda faltantes: 111;



- Valor devido: $111 \times 20 \text{ UFIRCE} \times \text{R\$ } 2,2204 = \text{R\$ } 4.929,29 \times 50\% = \text{R\$ } 2.464,64$
- Pagamento efetuado: **R\$ 6.572,38**
- Valor à restituir: $\text{R\$ } 6.572,38 - \text{R\$ } 2.464,64 = \text{R\$ } 4.107,74$

—

A Consultoria Tributária acolheu a concepção esposada na decisão singular e sob os mesmos fundamentos normativos, opina pelo conhecimento do recurso oficial, com vistas que a ele seja negado provimento e mantida a decisão prima, que consiste do deferimento nela consignada, adotando a redução de base de cálculo apontada no laudo pericial, parecer adotado pelo representante da douta Procuradoria Geral do Estado.

É o relatório

VOTO DO RELATOR

O instituto da restituição em geral é matéria disciplinada no artigo 89 do Decreto nº 24.569/97, que regulamenta e consolida a legislação do ICMS em nível estadual, cuja hipótese típica, por se tratar de recolhimento decorrente de lançamento por meio de auto de infração, remete ao bojo das disposições capituladas no inciso I do § 2º do artigo sobredito, que se reproduz a seguir:

Art. 89. O imposto indevidamente recolhido será restituído, no todo ou em parte, a requerimento do sujeito passivo.

(...)

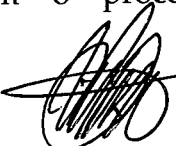
§ 2º O requerimento será apresentado ao órgão local da circunscrição fiscal do interessado, o qual encaminhará para manifestação do:

I - Contencioso Administrativo Tributário (CONAT), quando se tratar de situação oriunda de auto de infração, inclusive com retenção de mercadoria;

No âmbito da legislação do CONAT, a hipótese sob comento é denominada procedimento especial de restituição, a teor do disposto no artigo 81 do Decreto nº 25.468/97, norma que assim se expressa:

Art. 81. O procedimento especial de restituição reger-se-á pelo disposto neste Decreto, observando-se as determinações contidas na legislação tributária.

Parágrafo único. Os princípios que norteiam o processo



3

administrativo tributário aplicam-se, também, ao procedimento especial de restituição.

No vertente caso, a imputação reporta-se ao extravio de 296 bilhetes de passagens. Deles, a requerente trouxe aos autos 185, os quais foram objeto de verificação pericial, cuja conclusão é no sentido que os documentos apresentados são autênticos, motivo do deferimento da postulação em 1ª instância.

Cumprе ressaltar que, no presente caso, não se trata de restituição do valor da quitação integral do auto de infração, mas tão somente da parcela relativa aos documentos cuja existência física restou comprovada nos autos, de autenticidade reconhecida mediante a realização de providência pericia, ou seja, a matéria objeto do pedido de restituição circunscreve-se unicamente à parcela incontroversa, posto que materialmente comprovada.

Nessas circunstâncias, vê-se que a hipótese assume o viés de cingir-se ao campo de uma análise de escopo eminentemente prática, ao vislumbre que, pelas razões ora evidenciadas, prescinde de se expender discussão na sera jurídica, visto que não avoca para o condão de um autêntico julgamento da peça acusatória.

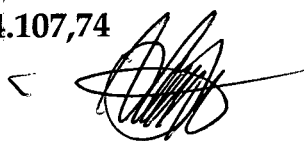
Enfim, com arrimo no conjunto probatório que instruem os autos, notadamente após as providências empreendidas com vistas a atestar a veracidade das alegações e autenticidade das provas materiais juntadas ao requerimento, não pode remanescer dúvida quanto a legitimidade da postulação, por conseguinte, não merece reparos a decisão de primeiro grau.

Por todo o exposto, voto pelo conhecimento do recurso oficial, nego-lhe provimento, para confirmar o deferimento da restituição requerida, nos termos proferidos na decisão de 1ª instância, pelas razões de fato e de direito declinados neste ato, em acordo com o parecer da Consultoria Tributária, adotado pelo representante da douda Procuradoria Geral do Estado.

É o voto.

VALOR DA RESTITUIÇÃO:

R\$ 4.107,74



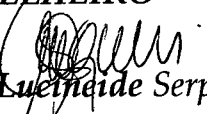
DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que é **RECORRENTE**: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA e **RECORRIDO**: COMPANHIA SÃO GERALDO DE VIAÇÃO. A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Oficial, negar-lhe provimento, para confirmar a decisão proferida em 1ª Instância, de *deferimento* do pedido de restituição, nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Consultoria Tributária, adotado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado.

SALA DAS SESSÕES DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 31 de 03 de 2014.


Alfredo Rogério Gomes de Brito
PRESIDENTE


Valter Barbalho Lima
CONSELHEIRO


Maria Lucinete de Serpa Gomes
CONSELHEIRO

Abílio Francisco de Lima
CONSELHEIRO


Lúcia de Fátima Calou de Araújo
CONSELHEIRA

Ubiratan Ferreira de Andrade
PROCURADOR DO ESTADO


Cícero Roger Macedo Gonçalves
CONSELHEIRO


Filipe Pinho da Costa Leitão
CONSELHEIRO


Agatha Louise Borges Macedo
CONSELHEIRA


Samuel Aragão Silva
CONSELHEIRO